

Arquivo, escrita e poder

O papel dos historiadores no Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (RJ)

Archive, writing and power: the role of historians in the Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (RJ) / Archivo, escritura y poder: el papel de los historiadores en el Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (RJ)

Eliana Laurentino

Doutora em História Social pela
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro (UERJ), Brasil.

laurentinoeliana@gmail.com

RESUMO

A partir da relação entre memória e história e os usos do passado, analiso, nas atas de reuniões e nas entrevistas com membros da Associação de Amigos do Instituto Histórico, criado em 2001, como os historiadores na Baixada Fluminense reagiram diante do descarte dos documentos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Destaco o encontro geracional dos agentes e a importância da manutenção do acervo documental da instituição para a escrita da história.

Palavras-chave: arquivo; história da historiografia; Instituto Histórico; Baixada Fluminense.

ABSTRACT

Based on the relationship between memory and history and the uses of the past, I analyze, in the minutes of meetings and interviews with members of the Associação de Amigos do Instituto Histórico, created in 2001, how historians in Baixada Fluminense reacted before the disposal of documents from the Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Highlight the generational meeting of agents and the importance of maintaining the institution's documentary collection for the writing of history.

Keywords: archive; history of historiography; Historical Institute; Baixada Fluminense.

RESUMEN

A partir de la relación entre memoria e historia y los usos del pasado, analizo, en actas de encuentros y entrevistas con miembros de la Associação de Amigos do Instituto Histórico, creada en 2001, cómo los historiadores de la Baixada Fluminense reaccionaron ante la disposición de documentos del Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Destaco el encuentro generacional de agentes y la importancia de mantener el acervo documental de la institución para la escritura de la historia.

Palabras clave: archivo; historia de la historiografía; Instituto Histórico; Baixada Fluminense.

Primeiras considerações

Este texto é decorrente de pesquisa de doutorado que pretendeu analisar as dimensões de poder da produção do conhecimento a partir da criação de um Instituto Histórico na Câmara Municipal em Duque de Caxias (RJ), considerando os interesses políticos dos intelectuais nas obras publicadas, o impacto no desenvolvimento de pesquisas com foco na história local e a divulgação das produções, em uma perspectiva de escala (Revel, 1998). Neste artigo será abordado, especificamente, o papel dos historiadores na instituição e como eles, envolvidos em um processo de disputa de memórias, avaliaram a importância dos documentos armazenados no espaço para a continuidade de pesquisas e produção de conhecimento. O valor atribuído ao arquivo é expresso no momento de criação da Associação de Amigos do Instituto Histórico (Asamih), em 2001, com a ameaça de descarte dos documentos da instituição. Assim, a demanda de manutenção do arquivo, reconhecido como potencial de produção de escritas do território, possibilitou um encontro geracional de historiadores atuantes na região, agentes que orbitam entre os institutos locais e as produções universitárias.

Uma das particularidades da instituição é seu estabelecimento a partir do Legislativo, assim como a ausência de um corpo social definido. Assim, em seus anos iniciais, o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (CMDC) cumpriu o papel de solidificar um discurso de cidade pacífica, pautada na figura do patrono da cidade, o duque de Caxias. No entanto, ao longo dos anos, assistiu-se à dificuldade de continuidade das atividades e de sua própria manutenção.

Nesse sentido, o Instituto Histórico em Duque de Caxias, cuja autorização de criação foi recebida, em 1971, no contexto do enquadramento do município como área de segurança nacional, durante o período da ditadura militar no Brasil, atravessou momentos de transições e instabilidades. Entretanto, por meio da Associação de Amigos do Instituto Histórico (Asamih), fundada em 2001, promoveu um encontro geracional entre os membros, em defesa do acervo e da manutenção do espaço, que resultou, em 2008, em sua transformação em ponto cultural por meio de um projeto estadual.

Assim, considerando uma abordagem das escritas na relação entre memória e história e os usos do passado (Le Goff, 2013), analiso, nas atas de reuniões e nas entrevistas com membros da Asamih, a importância da manutenção do acervo documental da instituição para a escrita da história, operando com a ideia de que essa escrita está relacionada à memória ou à reivindicação de uma memória em disputa (Pollak, 1989). Nesse sentido, em uma perspectiva de escalas (Revel, 1998), este artigo discute como a articulação dos agentes para a manutenção do acervo da

instituição fez parte de práticas de memória estadual e nacional, desde o estabelecimento do espaço, mas somente com a criação de uma associação de historiadores foi possível a manutenção e a permanência do espaço até os dias atuais.

Os acervos documentais e os institutos locais

A criação do Instituto Histórico da CMDC, em 1971, no contexto da ditadura militar, estava inserida nos projetos políticos de duque de Caxias¹ de solidificar uma imagem pacífica para estabelecer diálogos com os interventores na cidade. Desse modo, é importante pontuar que a nomenclatura do espaço em Duque de Caxias sofreu influência da valorização do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), durante a conjuntura de fundação, como acreditamos ter acontecido com muitos outros institutos municipais no período. Mas, no caso dessa instituição, sua própria existência a partir do Poder Legislativo, sem corpo social definido e mantido nos moldes de um arquivo, indicaria uma certa finitude, como em outros espaços do “conglomerado cultural” criado pela Câmara Municipal, composto por teatro, biblioteca e pelo instituto. Porém, este, considerando-se seu uso e sua manutenção, do ponto de vista historiográfico, foi se configurando à medida que os intelectuais se incorporaram ao espaço ao longo dos anos e estabeleceram diálogos, especialmente a partir da década de 1990.

Considera-se que os institutos municipais, no Brasil, têm investido na produção da história local e ocupam um lugar de autoridade sobre as narrativas do passado que possibilita leituras sobre seus usos e suas representações. A criação desses espaços indica a manutenção de uma referência de legitimidade aos trabalhos e às narrativas sobre o passado, no âmbito local. Isso poderia implicar no interesse de diferentes intelectuais, com trabalhos no campo, de se vincularem à instituição, o que constituiria um espaço de diálogo e de incorporação de diferentes regimes historiográficos.

Durante os primeiros anos de existência do instituto, as comemorações e as premiações reuniram civis e militares e agregaram a presença de lideranças da cidade. O enquadramento de Duque de Caxias como área de segurança nacional mobilizou o Legislativo da cidade para ações de memória, com destaque para a importância do Instituto Histórico, que estava localizado no subsolo da Câmara Municipal e sob a administração direta desse poder.

1 A cidade de Duque de Caxias é a terceira mais populosa do estado, de acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2010), e tem uma população de 855.048 habitantes. Dividido em quatro distritos, o município faz divisa com Miguel Pereira, Petrópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e Rio de Janeiro.

Destaca-se que a valorização cultural do IHGB durante a ditadura militar recebeu boa acolhida pelos agentes em Duque de Caxias, herdeiros de uma cultura histórica na Baixada Fluminense. Eles faziam um recorrente uso do passado, ao estabelecerem relações entre os projetos historiográficos e os vínculos e interesses políticos, desde a fundação da Arcádia Iguazuana de Letras (AIL), na década de 1950, na qual os intelectuais se organizaram diante de um projeto histórico para superar as crises decorrentes das transformações socioeconômicas do período, até a criação dos institutos e espaços museais.

A AIL foi fundada no município de Nova Iguaçu durante a década de 1950 e estava inserida nas disputas locais. Alexandre (2015) apresenta as transformações socioeconômicas e políticas no distrito sede da cidade de Nova Iguaçu e afirma que, com o declínio da citricultura, diante das alterações nos interesses econômicos nacionais, era possível perceber que os intelectuais se reuniram em torno de um projeto histórico que enfatizava os benefícios da laranja. Eles reconheceram as transformações econômicas da região, mas, ao mesmo tempo, colocaram-se como interlocutores nesse processo. Os agentes envolvidos nesse movimento literário também participaram da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), com a contribuição de Ney Alberto Gonçalves de Barros, Ruy Afrânio Peixoto, Zanon Paulo de Barros e Waldick Pereira.

Duas das características dos primeiros institutos da Baixada Fluminense foram a itinerância e a atenção ao acervo documental. O Instituto de Nova Iguaçu, fundado no início da década de 1960, ficou com a documentação alocada, entre 1962 e 1975, no Colégio Leopoldo, que pertencia à família de Ruy Afrânio² e de Ney Alberto.³ Em 1975, o acervo documental foi levado para um anexo da Secretaria Municipal de Cultura e, em 1979, retornou para o Colégio Leopoldo. De acordo com Enne (2002), por problemas de espaço, na década de 1980, uma parte do acervo foi transferida para a casa de Ney Alberto, cujo desejo era organizar esse material, que estaria disperso por outros espaços. A organização do acervo também era a intenção de outros agentes da região, “como Antônio Lacerda, Nielson Rosa e Jeane Oliveira [...], que pretendiam retomar o projeto do Instituto Histórico, com outra roupagem” (Enne, 2002, p. 164).

2 Ruy Afrânio Peixoto nasceu em 1918, no Rio de Janeiro, e faleceu em 2002. Fundou em Nova Iguaçu o Colégio Afrânio Peixoto, em homenagem ao tio, escritor que presidiu a Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.afranio.peixoto.nom.br/Alvaro1/PRuy.asp>. Acesso em: 7 mar. 2023.

3 Nasceu em 1940, em Mesquita, e faleceu em 2012. Filho de professores, seus pais eram os donos do Colégio Leopoldo, escola de referência no município de Mesquita. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/ney-alberto>. Acesso em: 7 mar. 2023.

Outras experiências de institutos, com consideráveis acervos, foram realizadas na Baixada Fluminense, entre elas, o Instituto Histórico de São João de Meriti, criado no início da década de 1990. O espaço foi fundado por Charbel Chedier, com o apoio de Gênesis Torres, de Guilherme Peres e de Armando Valente, e era composto por um acervo vasto, que incluía

cerca de 9.000 fotografias (sendo 4.000 originais, em preto e branco, e as demais cópias extraídas de jornais, revistas etc.) e uma biblioteca com 900 títulos, a maior parte com referências sobre a “Baixada Fluminense”. Compõem o acervo ainda pinturas, cerâmicas, peças de mobiliário e documentos diversos. (Enne, 2002, p. 160)

O Instituto de São João de Meriti realizou eventos, palestras e lançou obras dentro de uma série visual sob o título *Memória Histórica de São João de Meriti – fotografias e memória histórica da Baixada Fluminense*, com fotografias realizadas pelos fundadores Guilherme Peres e Armando Valente. Em meados dos anos 2000, o instituto sofreu um declínio em suas atividades e na utilização do espaço, ao passo que o Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (Ipabh), criado em 1999, foi ganhando reconhecimento como uma das principais referências sobre a região.

Ainda de acordo com Enne (2002), o Ipabh foi fundado, oficialmente, por dissidentes do Instituto Histórico de São João de Meriti, Guilherme Peres e Gênesis Torres, em 1999, devido a incompatibilidades do grupo com os demais membros. No entanto, o registro das atividades do Ipabh data de 1997, a partir de ações desenvolvidas quando Gênesis Torres era secretário de Cultura de São João de Meriti e recebeu autorização da prefeitura para criar uma Comissão de Resgate da História. A comissão foi formada por Gênesis, Guilherme Peres e Ney Alberto, e o grupo passou a se reunir no Centro Cultural em São João de Meriti (Enne, 2002).

Uma das primeiras atividades desenvolvidas pela comissão foi o “Curso de História Geral da Baixada”. Sua proposta, de acordo com Gênesis, seria desenvolver uma consciência histórica e promover a preservação do patrimônio. Para ele, o curso receberia legitimidade se fosse ancorado a uma instituição universitária e, desse modo, foi oferecido em parceria com a Universidade do Grande Rio (Unigranrio), localizada em Duque de Caxias, que, além de ceder o espaço, emitiu os certificados (Enne, 2002).

A comissão desdobrou suas atividades em 1999, quando encaminharam a proposta de um curso de “Guia Histórico Ambiental da Baixada” ao projeto Comunidade Solidária do governo federal. O curso contemplou quarenta alunos,

com aulas expositivas e passeios históricos, durante um período de seis meses. Os alunos receberam bolsas de estudo, alimentação e material didático (Enne, 2002).

Já em 2000, a comissão planejou outro curso sobre a Baixada Fluminense, no formato de módulos como “As vilas e freguesias da Baixada”, “A economia da Colônia ao Império”, “As igrejas no processo de ocupação”, “O processo político e administrativo de São João de Meriti – da emancipação aos dias atuais”, entre outros (Enne, 2002). Essas ações da comissão se desdobraram na criação de um instituto de pesquisa, que tinha uma proposta de ser diferente dos moldes dos anteriores, conforme as palavras de Gênesis Torres, entrevistado por Enne (2002, p. 147):

A gente quer um instituto onde aqui se respire 24 horas lendo e elaborando uma crítica e fazendo material, fazendo apostilinha, e divulgando isso, né? Porque a vontade nossa é de que as pessoas venham aqui e possam pesquisar para elaborar o seu livro, né? E publicar lá e tal, quer dizer, e vai circulando, então a gente quer prestar um serviço aos pesquisadores.

Assim, o Ipabh parece ter sido criado com novas perspectivas de registro do passado, se comparado ao Instituto de São João de Meriti. Preocupou-se em realizar a guarda do acervo, mas o foco parecia ser muito mais no uso do material e na produção de pesquisas. No folder, a instituição destaca “as grandes mudanças”, que, de acordo com os dados a seguir, seriam:

O Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (Ipabh) é uma entidade civil sem fins lucrativos. Foi criado em 1997 por um grupo de pesquisadores da História e das Ciências Sociais, comprometidos com as grandes mudanças que requer esta microrregião. Democratizar os conteúdos sobre a História Regional é um dos objetivos do IPAHB e neste sentido entendemos que a Baixada Fluminense carece de informações e dados que façam avançar a consciência crítica do cidadão quanto à sua diversidade etnológica, histórica, geográfica, sociológica e ecológica. Assim, acreditamos que estamos dando passos de cunho social e educativo na compreensão do passado [...]. (Folder do Ipabh, 2002 apud Enne, 2002, p. 145, grifos no original)

A preocupação repousava sobre a guarda do acervo, apesar de indicar um certo horizonte de democratização de acesso ao material, algo tão mencionado entre os pesquisadores atuais sobre a história regional em Duque de Caxias. No entanto, mesmo que os responsáveis desejassem desenvolver as pesquisas e promover mais acessos ao material, garantir a existência do

espaço ainda era uma prioridade, tanto que, em 2001, o Ipabh se converteu em uma organização não governamental, com o objetivo de que a proposta não se perdesse com as mudanças de governo. A instituição reuniu um acervo com “material particular cedido pelos pesquisadores, como livros, fotos e documentos”, e foi adquirindo mais documentos com o apoio municipal, possuindo “cerca de 500 volumes de obras específicas sobre a Baixada, além de um acervo fotográfico sobre personalidades, localidades, igrejas, obras de arte, prédios e ruínas históricas, com cerca de 3.000 imagens” (Folder Ipabh, 2002 apud Enne, 2002, p. 149).

Segundo Silva (2002), o Ipabh foi criado com a finalidade de reunir os historiadores da região, o que incluiu os seguintes nomes: Gênesis Torres, Guilherme Peres, Ney Alberto, Rogério Torres e Marcus Monteiro. Por um intervalo de dez anos teria contado com o apoio da prefeitura e, a esse respeito, Silva (2002, p. 65, grifo nosso) afirmou que

nesse período [o Ipabh] acumulou um acervo documental e iconográfico considerável tornando-se referência para estudantes e pesquisadores, mas por fim nada disso impediu que por conta das querelas políticas e da falta de consciência da classe política de São João de Meriti o apoio dado ao Ipabh fosse retirado.

Quando o Ipabh saiu do prédio alugado pela prefeitura em São João de Meriti, o novo endereço foi em Nilópolis, mas isso também não se sustentou. Atualmente, o acervo está no Instituto de Arqueologia Brasileiro (IAB),⁴ mas alguns de seus agentes continuam atuando na região, e muitos estiveram ligados à criação do Instituto Histórico em Duque de Caxias e permanecem, direta ou indiretamente, vinculados às suas ações.

A participação ativa de alguns desses membros no Instituto Histórico parece ter sido ensaiada com a organização de uma agremiação nos anos de 1990, com nomes como Barboza Leite e Stélio Lacerda. Contudo, essa primeira agremiação não se manteve ou mesmo se consolidou, apesar dos eventos realizados ao longo daquela década, conforme registros da diretora Gladys Braga.⁵

4 O espaço está localizado na estrada do Sarapuí, n. 3.199, Santa Teresa, Belford Roxo, RJ, CEP 26.193-575.

5 Documento agrupado com um conjunto de recortes de jornais sob o título: *Ação educativa e cultural do Instituto Histórico de Duque de Caxias (1991-1996) – O testemunho da imprensa*, que foram organizados e selecionados pela diretora do período, Gladys Braga (Aguiar, 2003).

Os significados da escrita para a história local

A escrita acadêmica da história é um dos veículos, atualmente, mais legitimadores de produção de memórias coletivas, sendo as produções de diferentes agentes e instituições inseridas nas disputas de poder que envolvem a memória e a história. Le Goff (2013, p. 390) chama atenção para os usos do passado na relação entre o saber e o poder, e assinala que a memória coletiva é “posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”. Essa proposta da relação entre a memória e a história é fundamental para o entendimento dos diferentes usos do passado no instituto. Vale considerar que, por meio da escrita, se promovem diversas formas de memória, em especial, por meio de comemorações e celebrações, que transformam o acontecimento memorável. E, na abordagem do documento/monumento, Le Goff (2013, p. 396) permite entender a dimensão de potência para a memória do documento, ao indicar que “todo documento tem em si um caráter de monumento”, o que permite tanto o armazenamento de informações, quanto a apresentação visual e auditiva do registro.

Pollak (1989) permite observar que a escrita da história está relacionada à memória ou à reivindicação de uma memória em disputa. Assim, a memória é considerada, neste estudo, como uma chave de análise que permite a constituição de um campo de disputas políticas, ideológicas, institucionais e cotidianas dos indivíduos. A Baixada Fluminense⁶ é, então, um campo fértil para o estudo sobre os projetos pessoais e profissionais de agentes e instituições envolvidos em uma teia de memória e história da região, visto que determinados agentes do instituto estão envoltos em uma tensão classificatória do próprio campo disciplinar.

Com a criação da pós-graduação em história, na década de 1970, as produções sobre local/regional foram preteridas, homogeneizadas e rotuladas de memorialistas, o que promoveu uma visão preconceituosa sobre as obras relativas à história local. Rui Fernandes (2009, p. 19) afirma que os projetos políticos na esfera econômica, entre as décadas de 1940 e 1950, consideravam o papel agro fluminense para uma recuperação do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional, muito pautado nos discursos de um “saudosismo histórico de um período que fora perdido”. Ele apresenta, em sua tese, que a historiografia sobre o assunto é significativa, mas que a abordagem da temática sob o ponto de vista intelectual e considerando a historiografia local não foi realizada.

⁶ Baixada Fluminense é um conceito polissêmico, mas, de maneira geral, pode ser definida como o conjunto de municípios localizados na região metropolitana da atual cidade do Rio de Janeiro.

Partindo dos balanços historiográficos sobre o Rio de Janeiro, produzidos por Eulália Lobo e Francisco Falcon, como conferências na Anpuh (1994), Fernandes identificou que os trabalhos têm como referência a produção universitária, o que exclui estudos realizados em instituições de acervo e pesquisa, como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Para Fernandes (2009), o foco ficou no campo universitário, especialmente após a década de 1970, e não abarcou os trabalhos realizados fora dos círculos acadêmicos.

A produção historiográfica local/regional fora desse circuito era desqualificada e reconhecida, no máximo, como de caráter informativo. As obras que circulavam em paralelo aos meios universitários, como nas academias de letras, cenáculos ou institutos históricos, eram rotuladas como memorialistas e caracterizadas de forma pejorativa. Esse movimento permitiu que obras fossem classificadas sem muita distinção e, nas palavras de Rui Fernandes (2009, p. 24), “engloba-se nesse grupo uma gama variada e dispar de estudiosos, desde aqueles que escrevem pequenas notas para a história de uma instituição ou personagem, até aqueles que se dedicaram a desenvolver extensos inventários da história de uma cidade ou região”.

Assim, as produções vinculadas ao Instituto Histórico Municipal revelam como os agentes estavam instrumentalizando o espaço para legitimar suas obras, ao mesmo tempo que legitimavam o próprio espaço de produção e a relevância de sua existência. Os trabalhos dos agentes apresentam um diálogo com os projetos políticos no estado fluminense e fortalecem a relação que eles estabeleceram entre projetos políticos e projetos historiográficos.

Durante os primeiros anos do Instituto Histórico da CMDC, as atividades desenvolvidas no espaço estavam associadas aos interesses de memória do regime político da ditadura militar, em diálogo com outros projetos fluminenses. Em 1975, com a fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro, ocorreu uma valorização de ações que visavam à construção de uma identidade fluminense, que fomentou a centralidade das demandas antigas de infraestrutura na região e investimentos em produções historiográficas para legitimar projetos políticos.

A presença de lideranças influentes no espaço sugere que os institutos municipais têm relevância na produção da escrita sobre história local, pois ocupam um lugar de autoridade e de referência sobre as narrativas do passado. Assim, o interesse de diferentes intelectuais, com trabalhos no campo, de se vincularem à instituição, faz com que o espaço promova um diálogo e a incorporação de diferentes regimes historiográficos.

A escrita da história é um reflexo da prática e das intenções de articulação que a temática permite construir. Como afirma Certeau (1982, p. 88), “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber”. Desse modo,

encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. (Certeau, 1982, p. 56)

Considerar que a escrita da história é resultado de uma operação historiográfica e decorrente de um lugar de produção é instrumental para a própria análise das escritas advindas do instituto. Contudo, a relação entre a escrita, os agentes e o instituto pode ser melhor analisada quando observadas as conexões entre o regime de historicidade e o regime historiográfico. Fernando Nicolazzi (2017) destaca que várias formas de historiografia podem emergir em um mesmo regime de historicidade. Em linhas gerais, em seu estudo, ele identificou que uma série de textos produzidos entre as décadas de 1870 e 1940 permitiu a percepção de uma diversidade de formulações que nem sempre estão de acordo com os mesmos princípios epistemológicos. Nas palavras de Nicolazzi (2017, p. 25):

Hartog já alertou para o fato de que, se há uma ligação evidente entre regime de historicidade e regime historiográfico, ela não é de forma alguma mecânica, e carrega em si a possibilidade de despertar um olhar diferenciado sobre o fazer da história ou, em outras palavras, sobre os regimes historiográficos possíveis.

Para Nicolazzi (2017), a operação historiográfica de Certeau seria muito profícua, mas, naquele momento, este autor não teria articulado de forma mais intensa a escrita da história e a experiência de tempo. Nesse sentido, Nicolazzi (2017, p. 26) acrescenta:

Um regime historiográfico, sem perder de vista a operação que lhe dá sentido, direciona o olhar analítico a seu entorno, às expectativas projetadas a ela e às suas formas de recepção; remete ainda à experiência de tempo que torna possível definir as relações entre passado, presente e futuro.

Os agentes do instituto são herdeiros de uma cultura histórica na Baixada Fluminense. As relações entre os projetos historiográficos e os vínculos e interesses políticos foram recorrentes, desde os escritos de Matoso Maia Forte, em 1933, com os projetos de memória para a comemoração do centenário do município de Iguaçu, bem como com a fundação da Arcádia Iguaçwana, na década de 1950 (Alexandre, 2015), até a criação dos institutos históricos e do Museu Vivo do São Bento.

Além do Instituto Histórico de Nova Iguaçu, em 1960, do Instituto Histórico em Duque de Caxias, na década de 1970, do Instituto Histórico e Geográfico de São João de Meriti, na década de 1980, e do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (Ipabh), na década de 1990, podemos também considerar a criação do Museu Vivo do São Bento (MVSb), nos anos 2000, como representação da importância atribuída pelos pesquisadores ao registro sobre o passado.

Desse modo, como já apresentado, a participação ativa de alguns membros que experienciaram as práticas de escrita histórica na região parece ter ensaiado uma agremiação, na década de 1990, no Instituto Histórico em Duque de Caxias, sem sucesso. O que se observou, nos anos de 2000, foi uma dinamização do espaço. Stélio Lacerda, que foi secretário de Cultura na década de 1990, permaneceu entre os membros da segunda agremiação, em 2001, na Asamih, com figuras que ocuparam cargos significativos, como Gênesis Torres, chefe de gabinete do secretário de Educação de São João de Meriti, na década de 1980. As redes políticas dos agentes favoreceram a perpetuação do instituto, bem como a presença de um grupo de professores/pesquisadores oriundos, especialmente, da Fundação Educacional de Duque de Caxias (Feuduc).

Com a Asamih, a articulação entre os pesquisadores que já atuavam em outros espaços da Baixada Fluminense, como o Ipabh e o Instituto de São João de Meriti, somou esforços ao projeto de uma outra geração de pesquisadores, que já orbitava nos institutos históricos na região, os membros da Feuduc.

O grupo da Feuduc, na década de 1990, realizou outros esforços para o registro da história local, como a criação do Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense e da Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio). Esses agentes, influenciados pela Nova História e estimulados pelo processo de profissionalização do campo, realizaram um movimento de legitimação de suas produções por meio dos cursos de pós-graduação. O vínculo dos agentes no instituto em Duque de Caxias indicava que essa outra geração valorizava as escritas sobre a região e os pesquisadores anteriores, mas acreditava que suas obras e práticas patrimoniais precisavam ser legitimadas academicamente.

Alguns desses professores, oriundos e/ou com vínculos com a Feuduc, realizaram mestrado, doutorado, publicaram e se organizaram para ocupar outros espaços na cidade. Além desse novo enfoque historiográfico, eles não romperam com o instituto e ocuparam atividades vinculadas à Asamih. Estão no conselho editorial da revista *Pilares da História*, criada pela Asamih, receberam apoio para publicação de suas obras, moções de reconhecimento de sua escrita e convites para palestras e eventos comemorativos na cidade. Esse movimento sugere que o instituto promoveu um encontro geracional, marcado por diálogos e disputas de memórias de diferentes regimes historiográficos.

Nesse sentido, entendo que o encontro geracional é marcado pelo compartilhamento de ideias e valores, e não por demarcações etárias (Sirinelli, 2003), e que o encontro dos agentes gerou inúmeras ações no instituto ao longo dos anos, e parece ter sido um dos pilares para a manutenção do espaço. O instituto representaria um fortalecimento de redes de atuação e das práticas educativas e culturais na cidade de Duque de Caxias, o que favoreceria os usos do passado para a própria construção do território. Diferentes intelectuais constituíram e constituem esse instituto histórico, com isso, várias são as produções dos agentes ligados a esse espaço, indicando a disputa de muitos projetos de memória sobre o município e sobre a região, em diálogo com as demandas da própria experiência de tempo que impacta a escrita da história.

Instituto Histórico da CMDC: entre projeto político e historiográfico no município de Duque de Caxias

O Instituto Histórico de Duque de Caxias esteve, desde a sua fundação, envolvido com os usos do passado e a aplicabilidade de políticas de memória, que parecem ter ocorrido de forma mais efetiva durante a gestão dos historiadores. O período em que o cargo não foi ocupado por historiadores gerou uma memória de que os demais diretores estavam em funções burocráticas por interesses partidários e que permaneceram nelas por um momento passageiro. A referência dos agentes de que a ocupação do cargo de diretor seria uma função burocrática indica uma certa leitura de que ele estaria sendo assumido apenas no sentido de indicação política, ou seja, a nomeação não representaria a ocupação efetiva do cargo ou mesmo interesse em ocupá-lo. No entanto, ao tentar separar os projetos historiográficos e políticos das práticas burocráticas, os agentes operam no âmbito do que Sirinelli (2003) destaca sobre o entendimento dos “contornos vagos” que a intelectualidade ocupou durante muito tempo. Nesse sentido, as leituras sobre os diretores na instituição reforçam o quanto os estudos sobre as

práticas e articulações que eles estabeleceram durante a atuação no instituto possibilitam indicar a potência de atos dos diretores em exercício.

Dessa forma, apesar de não mostrar o registro oficial e preciso dos nomes dos diretores que estiveram à frente da instituição, o Quadro 1 é um esforço de mapear esses agentes e pontuar como os historiadores desempenharam ações diretas com o uso do passado.

Quadro 1 – Diretores do Instituto Histórico

Diretores	Período
Elaine Estácio da Silva	1973-1973
Dalva Lazaroni	1973-1986
Nélio Menezes	1985-não identificado
Gladys Braga	1991-1996
Maria de Jesus	2001-2002
Tania Amaro de Almeida	2001-atual

Fonte: a autora, a partir de entrevistas.⁷

A primeira diretora foi Elaine Estácio, irmã de Francisco Estácio, presidente da Câmara e prefeito interino do período. A ausência de registros sobre a atuação de Eliane deixou como referência que a administração foi realizada por Dalva Lazaroni Moraes, que já era funcionária na biblioteca José do Patrocínio. Assim, Moraes foi associada à direção do espaço até sua aposentadoria, em 1986, com um posicionamento de envolvimento para a construção da instituição. De acordo com suas palavras, em entrevista a Enne (2002, p. 182, grifo nosso):

Então o que eu fiz, junto com a direção da Câmara, nós começamos a pesquisar, colocamos um grupo para pesquisar sobre a história da cidade, no Arquivo Nacional, em outros, até em Nova Iguaçu, que na época tinha um grupo de Nova Iguaçu, São João de Meriti, pra unificar informações [...]. Começamos então a incentivar as pessoas em Caxias a trazerem documentos. Com isso o que aconteceu, fizemos o departamento e no final de um ano nós tínhamos vinte mil peças. Joãozinho da Goméia ficou entusiasmado e entregou todos os pertences dele. As famílias, como a família Teles [...], mandaram pra nós preciosidades [...] cresceu tanto em dois anos, que deixou de ser um departamento, nós então fundamos um Instituto Histórico de Caxias, que

⁷ As entrevistas foram realizadas pela autora durante o período de pesquisa e estão disponíveis no acervo do Instituto Histórico da CMDC.

funciona na Câmara até hoje. Ele acabou sendo desvinculado da biblioteca e passou a ser um órgão à parte. *Durante algum tempo, eu fui diretora dos dois órgãos, até que então se separou definitivamente, ganhou vida própria [...].*

A presença de Dalva Lazaroni Moraes, que era considerada historiadora, visto sua passagem pela pós-graduação, corresponde ao momento de expressiva valorização do patrono da cidade, o duque de Caxias. Além disso, ela realizou algumas produções que refletem melhor sobre o período. O que se percebe é que, depois de Dalva Lazaroni Moares, não se fala sobre os outros diretores, o que se atribuiu ao uso do cargo apenas para interesse passageiro.

Esse parece ter sido o caso de Nélio Menezes, que não é apontado como diretor pelos agentes atuais do instituto, nem mesmo pelos funcionários mais antigos. No entanto, em entrevista à revista *Caxias Magazine*, em 1985, que discutiu as ações sobre as demandas culturais da cidade, ele é apresentado como diretor do instituto: “Nélio Menezes, diretor do instituto histórico, ex-administrador, juntamente com Edélio Mendonça, do teatro Procópio Ferreira, da Câmara Municipal, ator e diretor de teatro [...]”.⁸ Assim, a atuação desse agente parecia estar mais ligada às demandas culturais com foco no papel do teatro Procópio Ferreira.

Nélio Menezes apresentou as divergências entre alguns órgãos na cidade e os limites para a atuação dos artistas, e relatou: “Nunca recebemos nenhuma subvenção do governo, a Secretaria de Educação não nos auxilia em nada, e a Secretária de Assuntos Especiais segue pelo mesmo caminho”.⁹ Seu discurso foi marcado pelas disputas locais de poder, com fortes críticas ao Partido Democrático Social (PDS), legenda do prefeito anterior, Hydekel de Freitas, e uma valorização do Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido do prefeito que assumiu no período, Juberlan de Oliveira. A entrevista com Nélio permite inferir que tanto os cargos como os espaços culturais dentro da Câmara faziam parte das disputas políticas na cidade, o que confirma uma certa memória sobre os ocupantes do cargo na direção da instituição, de modo que ele denuncia:

Em 1984 houve uma forte pressão na Câmara Municipal com o objetivo de fechar o teatro Procópio Ferreira. Segundo os vereadores, o Poder Legislativo não podia cobrar ingressos, só que em contrapartida eles não ofereciam nenhuma vantagem ou remuneração ao artista [...] a intenção era de que o teatro funcionasse apenas como

8 Revista *Caxias Magazine*, 8 abr. 1985, p. 38. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

9 Revista *Caxias Magazine*, 8 abr. 1985, p. 38. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

auditório, deixando de lado sua principal função, que é de apresentar espetáculos culturais que beneficiem toda a população. Uma das pessoas que maior pressão fazia era o líder do PDS na Câmara, Luiz Braz de Luna, e o motivo dessa pressão todos sabiam: sua filha, Zilma Luna, *havia sido exonerada do cargo de diretora do teatro*.¹⁰

Ele ainda acrescentou: “Esperamos que o atual prefeito de Duque de Caxias simpatize com a ideia, e nos dê o apoio necessário, ao contrário do que vinha ocorrendo na antiga administração”.¹¹ O esforço realizado por Nélcio Menezes para a manutenção do teatro indica que, para a sobrevivência dos demais espaços, eram necessárias ações com força política e mecanismos de utilização que justificassem esses usos.

Pelo registro de Nélcio Menezes, sua atuação se dava mais no âmbito do teatro, o que pode indicar que ele tenha assumido a direção do instituto durante o processo de aposentadoria de Dalva Lazaroni Moraes. Entre o período de saída de Moraes e a gestão de Gladys Braga, outros nomes podem ter assumido interinamente, mas não são referência para os membros da instituição. O que ficou na memória dos agentes da Asamih, sobre a trajetória administrativa do espaço, foi a atuação de Dalva Lazaroni Moraes, seguida pela de Gladys Braga.

Atualmente, Gladys Braga é funcionária da Secretaria de Cultura, na prefeitura de Duque de Caxias. Ela não é historiadora, mas, durante sua gestão, ensaiou uma agremiação com pesquisadores da região e realizou uma coletânea com matérias de jornais sobre os eventos realizados no instituto, sob o título *Ação educativa e cultural no Instituto Histórico de Duque de Caxias (1991-1996) – O testemunho da imprensa – Gladys Braga Figueira diretora*.

A primeira agremiação era composta por Barboza Leite, Stélio Lacerda, Rogério Torres, Armando Valente, Guilherme Peres, Ana Lúcia Castro e pela própria Gladys Braga. Essa “associação” foi apresentada nos jornais locais como uma “reestruturação da entidade”, que passou a substituir o antigo conselho do instituto e transformou seus integrantes “Abelard Brayner, Ademar Constant, Dalva Lazaroni Moraes, Sylvio Goulart, Laís Costa Velho, e outros” em “beneméritos da Amlhduc”, em 1992.¹² Entretanto, essa agremiação parece não ter se consolidado, e não foram localizados registros de suas atividades.

10 Revista *Caxias Magazine*, 8 abr. 1985, p. 38, grifo nosso. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

11 Revista *Caxias Magazine*, 8 abr. 1985, p. 38. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

12 Por motivo de reformas na Secretaria de Cultura, durante o desenvolvimento da pesquisa, não conseguimos agendar uma entrevista com a ex-diretora Gladys Braga Figueira. No entanto, por meio do conjunto de recortes de jornais sob o título *Ação educativa e cultural no Instituto Histórico de Duque de Caxias (1991-1996) – O testemunho da imprensa*, que foram selecionados e organizados pela diretora da instituição do período, foi possível identificar algumas atuações da gestora.

Nesse sentido, a proposta de envolver os pesquisadores da região e nomes de referência no campo da cultura parece ter sido um ensaio para promover uma certa “dinamização”¹³ do acervo que pudesse garantir sua permanência. Gladys Braga fez um exercício de documentar as atividades realizadas no período, ao elaborar um documento com registro das ações educativas e culturais no instituto, e enfatizar que isso foi “testemunhado pela imprensa”, daí os recortes dos jornais com os registros dos eventos.

As matérias selecionadas reforçam a permanência de exposições que denotam a relação entre o patrono Duque de Caxias e as demandas políticas do Legislativo, como foi registrado em matéria de 19 de maio de 1991 pelo jornal *O Globo* (Aguiar, 2003, anexo). O objetivo foi comemorar o fim da condição de “município de segurança nacional” e o sexto aniversário da emenda constitucional n. 25/1985, que restituiu a autonomia política de todos os municípios.

Outro evento de valorização do patrono ocorreu no mês de agosto de 1991, com matérias que destacavam a presença de representantes políticos e administrativos em atividades e exposições realizadas no instituto. Foi o caso da inauguração da mostra *A Expressão de Caxias*, com a presença do “dr. Hildebrando de Góes, presidente da Cedae e filho do pioneiro do saneamento da Baixada” (*O Globo*, 9 ago. 1991 apud Aguiar, 2003, s.p.). A mostra *A Expressão de Caxias* também foi registrada pelo jornal *A Folha da Cidade*, em agosto de 1991, em que destacou a presença do presidente da Câmara, Jorge Amorelli, e de José Carlos Lacerda, prefeito no período, durante a inauguração do evento comemorativo do 188º aniversário de Luís Alves e Lima.

Diante de um cenário de abertura política, nos anos 1990, é provável que o registro sobre as leituras e outros usos possíveis do Legislativo estivesse em pauta. O *Jornal Hoje* registrou, em 13 de agosto de 1991, que o aniversário de Lima e Silva era celebrado na cidade como a maior festa cívica, mas que, ao longo dos anos, foi “se convertendo em manifestações populares”. Outras matérias destacavam as ações do Legislativo e comemorações de aniversário da cidade, com ênfase na autonomia das ações políticas. Isso ocorreu no evento de setembro de 1992, com a exposição “‘Venha, vote e veja’, sobre a história de 45 anos de legislatura da Câmara, desde 1947” (*Tribuna Popular*, 26 ago. 1992 apud Aguiar, 2003, s.p.). Além disso, foram realizados projetos como o Chá no Museu, no qual “prefeitos e vereadores gravaram entrevistas sobre problemas e soluções na cidade”, bem como atividades para festejar os cinquenta anos do município,

¹³ O termo “dinamização” aparece em algumas falas dos entrevistados, sempre que intencionam falar sobre os estímulos aos usos do acervo.

que incluíam a “publicação da história política, encontros de aperfeiçoamento para os professores de história e lideranças políticas” (30 out. 1992¹⁴ apud Aguiar, 2003, s.p.).

Desse modo, a gestão de Gladys Braga realizou um movimento de dinamizar o espaço articulado com propostas de ações educativas e culturais. Isso foi pontuado no documento elaborado por ela, em que chamou a atenção para o “conjunto de intervenções multidisciplinares que propicia à escola e à comunidade melhor conhecimento, maior participação e uso mais adequado dos bens culturais, fortalecendo a identidade”.¹⁵ Essa proposta de identidade parecia tentar se alinhar às seguintes orientações:

Quando a presidência da Câmara Municipal decidiu adotar, para a direção do instituto, recomendações da Unesco e da Legislação Federal, introduziu-se a ideia de que o melhor guardião dos bens culturais é o homem a eles ligados pela história, pela tradição, pelo laço de família, e o conceito de *memória no sentido dinâmico, como elemento vivo, aberto às modificações e alterações que ocorrem ao longo do processo histórico*.¹⁶

Não conseguimos identificar outros registros sobre a gestão de Gladys Braga, o que nos faz acreditar que tenha permanecido no espaço somente até 1996, quando ocorreu a mudança de presidente da Câmara, data sensível para alteração da gestão. Assim, a administração posterior à de Gladys Braga parece não ter se iniciado de forma imediata, já que Maria de Jesus assumiu nos anos 2000, e pontuou, durante a entrevista, que o espaço estava sem uso e precisava ser revitalizado.

De acordo com Maria de Jesus, o convite ocorreu nos anos 2000 pelo presidente da Câmara Gilberto Silva, que já estava no meio de sua gestão (1997-2002). Maria de Jesus é jornalista e trabalhou durante longo tempo na assessoria política, inclusive na de Gilberto Silva. Ela diz que, no período, realizou uma pesquisa sobre a “recente política brasileira”¹⁷ para um advogado, que era procurador da Câmara, e com isso promoveu exposições, rodas de conversa e filmes

14 Não consta o registro do jornal, apenas o recorte da matéria.

15 Documento agrupado com um conjunto de recortes de jornais sob o título *Ação educativa e cultural do Instituto Histórico de Duque de Caxias (1991-1996) – O testemunho da imprensa*, que foram organizados e selecionados pela diretora do período, Gladys Braga (Aguiar, 2003).

16 Documento agrupado com um conjunto de recortes de jornais sob o título *Ação educativa e cultural do Instituto Histórico de Duque de Caxias (1991-1996) – O testemunho da imprensa*, que foram organizados e selecionados pela diretora do período, Gladys Braga (Aguiar, 2003, grifo nosso).

17 Maria de Jesus Lima. Entrevista concedida à autora. Paty de Alferes, 12 fev. 2020. Disponível no acervo do Instituto Histórico da CMDC.

no instituto histórico. Tal pesquisa despertou o interesse de Gilberto Silva para que a nomeasse diretora, função que assumiria com a determinação de trabalhar e não apenas de receber o cargo.¹⁸

Jesus iniciou o que considerou um movimento de “reestruturação do Instituto Histórico”,¹⁹ em que deu início à sua organização física, com foco nas reformas, e logo se deparou com o limite técnico de tratamento do acervo. De acordo com ela, uma amiga indicou Tania Amaro de Almeida, devido à sua experiência de preservação de documentos adquirida no Museu Nacional de Belas Artes.

Mesmo com o reconhecimento do trabalho de Tania Amaro de Almeida e do seu papel para a reestruturação e a manutenção do espaço, o que se observou, a partir dos relatos das pessoas envolvidas na época, é que as ações imediatas no período que assegurariam a existência do acervo seriam de caráter político. Isso foi materializado com a criação da Asamih.

Para Jesus, a articulação política promovida com a organização da Asamih, em 2001, foi um caminho para assegurar a manutenção do espaço. Ela considera que os membros “tinham divergências políticas”,²⁰ mas que seu objetivo comum era “manter o Instituto, foi isso que levou o sucesso, foi que nós conseguimos convencê-los de que eles tinham poder, sim, de através de uma associação eles passaram a ter o poder de controle daquilo, não controle absoluto”.²¹ Isso fez com que os agentes tivessem de estabelecer diálogos para a manutenção do espaço, ao passo que disputavam suas narrativas sobre o passado e a legitimidade de quem tem autoridade para falar sobre ele.

É unânime, entre os membros da Asamih, a compreensão de que os documentos estavam sendo descartados pela Câmara. Ninguém nomeia uma direção, mas pontua, de forma institucional, que o acervo estava sob risco e que esse foi o caminho para o início de diálogos com a presidência da Câmara e para a participação na associação. Outros entrevistados comentaram sobre a situação do acervo. Antonio Augusto Braz descreve as condições da seguinte forma:

A gente tinha recebido uma denúncia de que documentos históricos estão sendo jogados no lixo, eu estava no Sepe [Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação], era diretor do Sepe. E um dos diretores do Sepe, o Toninho, não é o Antônio Carlos, é

18 Maria de Jesus Lima. Entrevista concedida à autora. Paty de Alferes, 12 fev. 2020. Disponível no acervo do Instituto Histórico da CMDC.

19 Ibidem.

20 Ibidem.

21 Ibidem, grifo nosso.

outro Toninho, nos traz um monte de papéis, e um papel enrolado: “*eu achei isso aqui na lata do lixo do lado ali da Câmara Municipal*”. E ele sabia que a gente era de história, gostava muito, e ele mostrou um bocado de papel, estava eu e a MarluCIA lá, e quando ele abriu o rolo era um desenho que tá aqui em algum lugar, tá ali no arquivo, que era uma pintura do Barboza Leite do Joãozinho da Goméia.²²

Os discursos dos demais agentes oriundos da Feuduc corroboram essa perspectiva de uma motivação protetiva para a atuação no instituto, seguida do convite de Tania Amaro de Almeida para uma associação. É possível considerar, por meio da entrevista com Rogério Torres, que a aproximação do espaço pelos membros do Ipabh estava relacionada à formação da associação, e que o reconhecimento e atuação que eles já possuíam na cidade tinha um caráter agregador à proposta da direção da instituição. Torres destaca o papel articulador do cargo ao afirmar que

Tania, dentre as diversas qualidades que ela tem, tem uma que eu acho espetacular, ela tem uma visão humana das pessoas muito grande, e ela – no ótimo sentido da palavra – tem uma *atuação política* muito boa, ela não tem aquela posição sectária, não tem aquela posição de que “*você é desse grupo, eu sou desse*”. Ela consegue agregar e, graças a isso, desde que a Maria de Jesus saiu, a Tania tá lá, até hoje. Ela *passou por várias presidências e continuou lá até hoje*.²³

Os posicionamentos dos membros comungam com o papel político do cargo de diretor(a) e com a necessidade estratégica da associação. Jesus destacou que as pessoas que tinham divergências políticas na cidade passaram a frequentar a Câmara (instituto) e isso despertou o interesse das lideranças do Legislativo, que verificaram a presença de agentes no espaço por cerca de duas, três horas “*discutindo política administrativa do instituto, avivamento*”.²⁴ Nessa fase de gestão, ocorreu o encontro entre os membros dos antigos institutos e os agentes mais ligados às orientações da universidade, especificamente da Feuduc. Por meio de uma atuação ativa e permanente de pesquisadores dentro do instituto, com a criação da Asamih, o que se observou foi uma dinamização do acervo.

22 Antonio Augusto Braz. Entrevista concedida à autora. Duque de Caxias, 22 jan. 2020, grifo nosso. Disponível no acervo do Instituto Histórico da CMDC.

23 Rogério Torres. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 7 fev. 2020, grifo nosso. Disponível no acervo do Instituto Histórico da CMDC.

24 Maria de Jesus Lima. Entrevista concedida à autora. Paty de Alferes, 12 fev. 2020. Disponível no acervo do Instituto Histórico da CMDC.

Esse movimento fortaleceu a ideia de que a presença de um historiador na direção do espaço era fundamental para o uso dos documentos e o incentivo às novas pesquisas.

Dessa forma, Tania Amaro de Almeida, que assumiu oficialmente a direção do instituto em 2002, chamou atenção para a existência de um ato do Legislativo de 2004, no qual ficou determinado que “se indique sempre para o cargo de diretor do Instituto Histórico alguém técnico na área de história”.²⁵ Ela ainda acrescenta que esse ato pressupõe que “a pessoa tem que pesquisar e incentivar as pesquisas relacionadas às áreas de história local e regional, de Duque de Caxias e também a história do Legislativo”.²⁶ Isso poderia indicar os caminhos que levaram Tania Amaro de Almeida, formada em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), a realizar o mestrado e o doutorado sobre temáticas da história regional após assumir a direção do instituto.

O cargo atual autorizado apenas aos historiadores reflete a potência de articular o papel do instituto com os avanços e os impactos da profissionalização da disciplina, bem como os estímulos ao uso do acervo. Assim, é compreensível que os agentes atuais percebam uma mudança de direcionamento das ações do instituto, mas sem muita crítica aos acontecimentos e às experiências de tempo. Isso é evidente quando alguns membros, mais ligados à universidade, falam sobre os pesquisadores anteriores ou mesmo sobre as gestões no instituto. Eles realizam um esforço para não os desconsiderar e, com muito respeito, mencionam suas pesquisas, até porque muitos desses agentes estão vivendo conjuntamente, no instituto, a experiência da Asamih.

Mesmo com o cuidado de não gerar juízo de valor sobre as gestões anteriores, muitos dos atuais membros reforçam o discurso de que antes o instituto era apenas um arquivo sem organização, um emaranhado de documentos, quase sem uso. Além disso, pontuam que não existia um controle do acervo e muito menos de empréstimo, o que pode ter levado ao desaparecimento de muito material.

Mesmo considerando o quão problemático era o entendimento sobre preservação e conservação dos documentos, o que fica mais marcante nos discursos é que os agentes parecem ignorar o papel de lugar de memória que a instituição ocupou em tempos anteriores, bem com os usos do acervo para determinadas narrativas sobre o passado, como a de uma Duque de Caxias pacífica.

25 Tania Amaro de Almeida. Entrevista concedida à autora Duque de Caxias, 6 fev. 2020. Disponível no acervo do Instituto Histórico da CMDC.

26 Tania Amaro de Almeida. Entrevista concedida à autora. Duque de Caxias, 6 fev. 2020. Disponível no acervo do Instituto Histórico da CMDC.

Como nos lembra Pierre Nora (1993), esses lugares são criados no entendimento de que a memória não se constrói livremente, mas é alimentada por arquivos, aniversários e celebrações. Isso foi frequente na cidade entre o ano de 1973 e o final da década de 1980, com premiações realizadas na Câmara Municipal de Duque de Caxias (CMDC) e eventos constantes, seja no Instituto Histórico da CMDC – com sede na própria Câmara Municipal – ou mesmo no Museu da Taquara, espaço localizado no terceiro distrito de Duque de Caxias, em referência ao patrono da cidade, o duque de Caxias. O uso desse passado e a figura do patrono, no contexto político do período, foram convenientes, considerando o significado do duque de Caxias para o Exército brasileiro. Assim, o reconhecimento e a valorização do vínculo dessa personagem com a cidade mostraram-se constantes e ocuparam muitas páginas dos jornais locais, como indicam as comemorações e homenagens.

Nesse sentido, destaco que a relação entre memória e história se torna mais complexa quando se fala de um corpo social que ocupa um instituto e não um arquivo público. Desse modo, longe de estabelecer hierarquias de importância das construções de memória a partir desses espaços, estamos considerando apenas que são diferentes os usos do passado realizados por cada um. Tiago Braga da Silva (2019) destaca como os arquivos são importantes espaços para o campo da história e que sua pesquisa objetiva, de modo geral, identificar como a aquisição de acervos e descrição dos documentos são fundamentais como mecanismos de acesso à informação e ao direito à memória. Seu trabalho reforça o papel dos acervos na mobilização de elementos da memória, “seja numa perspectiva material, imaterial, moral ou simbólica” (Silva, 2019, p. 4). Assim, o espaço não era um arquivo municipal, não era um centro documental, e sua gênese não tinha esse fim, ele foi criado para ser um instituto histórico. No entanto, o que se assistiu entre os anos de 1971 e 1985, entre a criação e a retomada da autonomia política da cidade, foi seu uso como um lugar de memória que estivesse instrumentalizado para uma leitura pacífica do território.

A preocupação de garantir o acesso aos documentos do instituto fez com que os agentes se reunissem no espaço, pois visavam à manutenção do acervo, associada a um estímulo de produção. Os agentes estavam mobilizados a alimentar esse espaço social de produção, e suas orientações sobre um modo de fazer história se misturavam. Essa memória de que o acervo recebia pouco tratamento, ou nenhum, e de que a utilização atendia apenas aos interesses privados de alguns gestores fortaleceu o discurso de que era necessário um investimento dos agentes para a recuperação e a manutenção da instituição. Essa é uma fase importante, pois a criação da associação promoveu um encontro entre pesquisadores no espaço e novos arranjos políticos para a manutenção de escritas sobre a região.

A preservação e o incentivo ao uso do acervo com foco em pesquisa não se aplicavam aos primeiros anos do instituto. Tania Amaro de Almeida também ajuda a historicizar essas demandas quando explica por que suas pesquisas anteriores não tinham recorte regional: “Naquela época, história da Baixada nem existia, não existia no sentido de incentivo à pesquisa”, ou seja, na prática, além da profissionalização no campo, também ocorre uma maior abertura às pesquisas sobre história regional nos programas de pós-graduação. Assim, os agentes passam a viver experiências de tempo que permitem um encontro geracional no Instituto Histórico. A Asamih passa a agregar tanto os membros dos antigos institutos quanto os membros de um outro grupo, que se destacou na década de 1990. Eles realizaram esforços para o registro da história local e criaram espaços como o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense (Cempedoch-BF) e a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio). Esses agentes se consideravam influenciados pela Escola dos Annales e, nesse sentido, realizaram um movimento com um discurso mais acadêmico e pautado nos moldes políticos dos debates.

O relato de que funcionários da Câmara estavam descartando documentos foi a justificativa para a chegada de alguns membros à instituição, o que reforça o aspecto de militância e o envolvimento com as demandas na cidade, as disputas pelo acervo e as memórias. Para tanto, foi preciso passar das ações de enfrentamento às medidas diplomáticas de interlocução com lideranças, com outros pesquisadores e com figuras políticas do município, o que se daria por meio da iniciativa de Maria de Jesus para organizar uma associação com caráter protetivo do espaço.

Asamih: uma “simbiose” na instituição para dinamizar o espaço

A valorização e a recuperação do acervo do Instituto Histórico da CMDC pareciam emergenciais, e essa era uma preocupação de todos, visto que o uso da documentação sobre a história local foi uma demanda presente entre os pesquisadores, desde os primeiros institutos. Além disso, o acesso direto ao material da instituição pode ter servido como um grande elo entre os diferentes interessados.

Assim, até aquele momento, o uso do acervo era limitado aos gestores da instituição e a alguns membros da Câmara, e a Asamih foi um impulso à pesquisa, levando a um movimento de ocupação do espaço e de “revitalização”²⁷ do

27 Tania Amaro de Almeida. Entrevista concedida à autora. Duque de Caxias, 6 fev. 2020. Disponível no acervo Instituto Histórico da CMDC.

instituto. Tania Amaro de Almeida destacou que “não é só um arquivo parado, ele tem que ter vida, ele tem que ter pesquisa, ele tem que ter publicação”.²⁸ Esse foi um grande propulsor do encontro geracional.

Em 6 de julho de 2005, é aprovada reformulação do estatuto da Asamih, no qual “é ilimitado o número de associados”. Quanto aos fundadores, o estatuto considera que seriam “aquelas pessoas físicas que se associaram até 15 de outubro de 2001”.²⁹ As 115 pessoas vinculadas ao instituto até aquele ano foram consideradas fundadoras. Da primeira geração, permaneceram: Guilherme Peres, Rogério Torres e Stélio Lacerda. Os membros ocupavam diferentes atividades profissionais, como estudantes, costureiras, empresários, advogados, comerciantes, professores, músicos e bancários.

Entre os fundadores, foram identificados 26 membros com formação ou especialização em história:³⁰ Alex dos Santos Oliveira, Alexandre dos Santos Marques, Alexsander Martins Vianna, Aline Fernandes Pereira, Antonio Augusto Braz, Antônio Jorge Matos, Amaria Lenia Correia Domingues, Aristides Ferreira Mulim, Carlos de Sá Bezerra, Elisabeth Silva de Oliveira, Ercília Coelho de Oliveira, Gênesis Pereira Torres, Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima, José Rogério Lopes de Oliveira, Marize Conceição de Jesus, MarluCIA Santos de Souza, Nadia Aparecida Tobias Felix, Nielson Rosa Bezerra, Paulo Pedro da Silva, Rogério Torres da Cunha, Rosangela David W. G. de Lima, Sandra Regina de Souza Cruz Ferreira, Stélio José da Silva Lacerda, Tania Amaro de Almeida, Thiago Rego da Costa e Ubiratan Cruz. Nesse grupo constam os remanescentes da agremiação anterior, Rogério Torres e Stélio Lacerda, com formação em história, e Guilherme Peres, em artes gráficas.

Nesse sentido, considerando os membros com especialização em história e livros publicados com foco na Baixada Fluminense, acreditamos ser viável nos concentrar nos seguintes intelectuais: Nielson Bezerra, Antonio Augusto, MarluCIA Santos, Gênesis Torres, Tania Amaro de Almeida, Alexandre dos Santos Marques, Stélio Lacerda, Guilherme Peres e Rogério Torres. Os demais membros se vincularam à Asamih em 2001, possivelmente, por suas conexões e vínculos institucionais no período. Muitos foram professores da Feuduc, o que justificaria a proximidade com os membros da agremiação. Contudo, a circulação em espaços na Baixada

28 Tania Amaro de Almeida. Entrevista concedida à autora. Duque de Caxias, 6 fev. 2020. Disponível no acervo Instituto Histórico da CMDC.

29 Estatuto social da Associação de Amigos do Instituto Histórico. “Vereador Thomé Siqueira Barreto”, p. 2. Disponível no Acervo Instituto Histórico da CMDC.

30 A identificação da formação utilizou o critério de análise das fichas cadastrais dos sócios fundadores, nas quais consta o campo de especialização. Disponível no Acervo Instituto Histórico da CMDC.

Fluminense não é determinante para a atuação e/ou as pesquisas sobre a Baixada Fluminense, como foi o caso de Alexander Martins Viana,³¹ um dos sócios fundadores da Asamih. Ele foi professor da Universidade de Iguçu, entre os anos de 2001 e 2002, e da Feuduc, entre 2003 e 2009, e atuou nas disciplinas de história moderna, história contemporânea e metodologia. Atualmente, é professor associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com foco na área de história moderna.

Não apenas os professores estavam entre os fundadores da Asamih. No universo de 115 membros fundadores, as conexões e as redes de apoio à instituição são diversas, desde comerciantes, advogados, bancários, estudantes, músicos, entre outros. Isso é um indicativo de que alguns desses agentes se articularam para legitimar a importância desse espaço na sociedade civil, mas apenas parte deles estava diretamente ligada às atividades do instituto e é representativa de um encontro geracional.

Esses nomes são um indício de que muitos são os protagonismos que envolvem a escrita e a produção de conhecimentos sobre a Baixada Fluminense, com iniciativas que promoveram muitos desdobramentos. Assim, a seleção de alguns nomes da Asamih – Alexandre dos Santos Marques, Antonio Augusto Braz, Gênesis Torres, Guilherme Peres, MarluCIA Santos, Nielson Bezerra, Rogério Torres, Stélio Lacerda e Tania Amaro de Almeida – é parte de uma rede de sociabilidade, que, por meio da associação no Instituto Histórico da CMDC, vivencia um encontro geracional com foco político que visou a “reestruturação do instituto”. Nesse sentido, cabe um registro mais prosopográfico do grupo para um entendimento geral do perfil dos agentes (Quadro 2).

Quadro 2 – Formação acadêmica (graduação)

Agentes	Cursos	Instituição
Alexandre Marques	História	Feuduc
Antonio Augusto Braz	História	Feuduc
Gênesis Torres	História/Direito	UFF/Unigranrio
Guilherme Peres	Artes gráficas	–
MarluCIA Santos	História	Feuduc
Nielson Bezerra	História	Feuduc
Rogério Torres	Pedagogia/História	Roberto Silveira/Suam
Stélio Lacerda	Pedagogia/História	Roberto Silveira/Suam
Tania Amaro de Almeida	História	Uerj

Fonte: a autora, a partir dos cadastros Asamih e das entrevistas.

31 Dados na Plataforma Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4204185D4/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Do ponto de vista acadêmico, com exceção de Guilherme Peres, todos possuíam graduação em história, logo, os rótulos e enquadramentos das pesquisas não estavam de acordo com a formação. Então, o que poderia indicar essa polarização no grupo? Seria a atuação na sala de aula, o que reforça o que a professora Marluvia chamou de um “paradigma esquizofrênico” de professores *versus* pesquisadores? Acreditamos que não, afinal de contas, boa parte do grupo atuava nas redes escolares, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 – Atuação profissional

Agentes	Atuação profissional
Alexandre Marques	Professor da rede municipal
Antonio Augusto Braz	Professor da rede municipal
Marluvia Santos	Professora da rede estadual
Nielson Bezerra	Professor da rede estadual e municipal
Rogério Torres	Professor da rede estadual e municipal
Stélio Lacerda	Professor da rede municipal
Tania Amaro de Almeida	Professora da rede estadual

Fonte: a autora, a partir dos cadastros Asamih e das entrevistas.

Os agentes também possuíam outras particularidades que permitem enquadrá-los nessa biografia coletiva. Muitos ocuparam cargos públicos, como Stélio Lacerda, que, entre as décadas de 1960 e 1990, foi oficial de gabinete do prefeito Moacir Rodrigues do Carmo (1967-1970), chefe do Departamento de Educação e Cultura do prefeito interventor coronel Renato Moreira da Fonseca (1975-1979) e primeiro secretário municipal de Cultura da Baixada Fluminense, nos governos de José Carlos Lacerda (1992), de Moacir Rodrigues do Carmo (1993-1996) e de José Camilo Zito dos Santos (1997-1998). Gênesis Torres, na década de 1980, foi chefe de gabinete e secretário de Educação da prefeitura de São João; em 1988, foi eleito vereador, e ficou no cargo por dois mandatos, até 1996, período em que participou da criação do Ipahb. Posteriormente aos mandatos de vereador, atuou como secretário de Cultura nas duas gestões seguintes (Enne, 2002). Além deles, Alexandre Marques foi assessor especial de projetos e convênios da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias.³²

³² Dados na Plataforma Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4204185D4/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Nesse sentido, o que veremos é que o encontro desses agentes, oriundos de institutos históricos da Baixada Fluminense e da faculdade Feuduc, poderia resultar em divergências no encaminhamento de suas pesquisas dentro da associação, porém o interesse na salvaguarda do acervo da instituição os unia, bem como a legitimidade do lugar de produção proporcionado pelo instituto histórico. Assim, as atividades desenvolvidas nos anos iniciais da associação revelam os distintos projetos dos agentes.

A primeira ata de reunião da associação é datada de 17 de março de 2003. A essa reunião compareceram, além da professora Maria Vitória de Guimarães, presidente da associação, a “professora Tania Amaro de Almeida, professora Íris Ferrari, dr. Ruyter Poubel, professor Gênesis Torres, professora Ercília Coelho, professor Nielson Bezerra, professor Antonio Augusto”, alguns eram nomes da primeira geração de pesquisadores do instituto, como é o caso de Torres, e outros, da Feuduc, como Braz e Bezerra. Além deles, participaram pessoas conhecidas da política local, como Ruyter Poubel, que foi vice-prefeito da cidade. Essa reunião foi dividida em duas partes: na primeira, debateu-se o cronograma de eventos do ano e a administração do caixa da associação; na segunda, tratou-se da reformulação estatutária.

Operando com anuidades dos sócios fundadores, no momento inicial não eram mencionadas ações no sentido de busca de editais ou de financiamentos de projetos externos, mas já constava um volume significativo de atividades. Além do registro da segunda edição da revista *Pilares da História*, criada pela associação em 2001, com pesquisas sobre a Baixada Fluminense, a ata destacava os seguintes eventos:

14 de maio: lançamento da revista *Pilares da História*, no salão do Instituto Histórico, comemorando também o dia da Baixada Fluminense e os 30 anos do IH

junho: seminário sobre Estudos Históricos/curso (pago) no plenário do CMDC

agosto: exposição 200 anos/Duque de Caxias no salão IH e debate “Caxias x Caxias – o mito, o homem” no plenário; e solenidade pelos 50 anos do jornal *Folha da Cidade*

setembro/outubro: Duque de Caxias – 60 anos do município com exposição de fotos do acervo do IH, no salão de exposições e curso (pago) no plenário

*durante o 2º semestre: ciclo de Palestras para 1ª e 2º segmentos, na sala de vídeo

novembro: Dia da Cultura³³

33 Ata Asamih, 17 mar. 2003, p. 1. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

A partir da pauta, percebe-se que havia muitas atividades em curso, que poderiam representar os interesses dos membros, como a comemoração dos cinquenta anos do jornal *Folha da Cidade*, cujo dono era Ruyter Poubel. Já na pauta de reunião de 16 de junho de 2003, apareceu o resultado da “reformulação estatutária”, organizada na reunião anterior. Um conselho deliberativo foi formado por Ruyter Poubel, Antonio Augusto Braz e Paulo Mainhard. De acordo com os conselheiros, o estatuto apresentado visava promover “mais funcionalidade da Associação dos Amigos do Instituto Histórico e preservar o comprometimento da sociedade civil”. Chama atenção o destaque para esse compromisso, pois, de acordo com o estatuto, o que se objetivava era a “coparticipação da sociedade civil – Asamih, com o Instituto Histórico – CMDC, e prevê a *simbiose das duas entidades* através da inserção como membro do Conselho Deliberativo, do presidente da CMDC, e como membro nato da Diretoria Executiva, da diretora do Instituto Histórico”.³⁴

Nesse sentido, entende-se que as medidas adotadas a partir da reformulação do estatuto reforçaram o poder político do espaço e a necessidade de definir as participações dos representantes, tanto dos conselheiros da Asamih, como do presidente da Câmara e da diretora do instituto. Também foi estabelecido que “o patrimônio da Associação, se houver a dissolução da mesma, passará automaticamente a pertencer ao Instituto Histórico”.³⁵

A consolidação dessas parcerias apareceu nas atas seguintes, em especial no documento da reunião de 4 de agosto de 2003, no qual constam, de forma mais detalhada, as propostas e as representações de diferentes segmentos da sociedade civil, por meio da associação do instituto dentro da Câmara. Foram pautados o calendário de eventos, a presença de outros agentes na cidade, como o convênio com o Cineclubes Mate com Angu, para apresentação de curtas no espaço e comemorações de exposições.

Além da participação de diferentes agentes no espaço, a atuação dos membros da associação em outros municípios indica a visibilidade e a atuação dos agentes na Baixada Fluminense. Eventos na região estavam no horizonte dos associados, como foi demonstrado por Nielson Bezerra, quando era diretor executivo da associação. Ele informou ainda sobre as atividades previstas no instituto, como a exposição dos Duzentos Anos de Luís Alves de Lima e Silva – O Duque de Caxias, a comemoração dos sessenta anos da emancipação, entre outras. Foi também mencionada a Bienal do Livro a ser realizada em Nova Iguaçu,

34 Ata Asamih, 16 fev. 2003, p. 2, grifo nosso. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

35 Ata Asamih, 16 jun. 2003, p. 2. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

que poderia promover a presença e a visibilidade da instituição, como pode ser observado com registro na ata:

Depois de apresentar a proposta de programação anual da Asamih, Nielson informou sobre o “Fórum de Cultura” de Duque de Caxias e suas deliberações: cada uma das instituições envolvidas teria seu representante, ocupando uma determinada “cadeira” no Fórum; por exemplo: ao representante da Asamih ou Instituto Histórico seria destinada a cadeira dos historiadores.³⁶

Nessa perspectiva, a Asamih foi incorporando diferentes demandas para o instituto, como o pedido de Irís Poubel, diretora da Feuduc, sobre a necessidade de “exposições itinerantes nas escolas”, com a proposta de mostrar “documentos significativos do acervo do Instituto Histórico”, e o pedido de Antonio Augusto Braz, que propôs

lançar campanha de filiação de novos sócios contribuintes, com publicação de matéria paga em jornal de grande circulação, divulgação das atividades da Asamih nos cursos superiores da Feuduc (história, geografia e letras); da Unigranrio (letras e direito), da Santa Luzia (serviço social) e da Uerj (FEBF), utilizando folders e visitas às salas.³⁷

Essas medidas de divulgação estavam associadas às demandas de pesquisas e de produção de material a partir do acervo do instituto, que já era uma realidade com a revista *Pilares da História* e a inclusão de sessões que objetivavam ampliar as participações, como a *Visões Universitárias*, e que estimulavam a escrita dos estudantes de graduação das instituições citadas, além da realização de pesquisas e monografias sobre a Baixada Fluminense, tanto que uma de suas pautas era “promover concurso de monografias tendo como fonte material integrante do acervo do Instituto Histórico”.³⁸

As tensões e as conciliações foram se configurando por meio da escrita e amalgamando o grupo na instituição. Com a criação da Asamih, em 2001, uma “simbiose” entre o instituto e a associação se materializou, a partir das disputas de memórias de agentes herdeiros e atuantes na cultura histórica da região.

36 Ata Asamih, 4 ago. 2003, p. 1. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

37 A ata não especifica os cursos para a Uerj, campus FEBF. Atualmente, a instituição possui cursos de graduação em geografia, matemática e pedagogia. Ata Asamih, 4 ago. 2003, p. 1. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

38 Ata Asamih, 4 ago. 2003, p. 1. Acervo Instituto Histórico da CMDC.

Considerações finais

Durante os primeiros anos da instituição, as atividades desenvolvidas no espaço estavam associadas aos interesses de memória do regime político da ditadura militar, em diálogo com os projetos fluminenses. O enquadramento de Duque de Caxias como área de segurança nacional mobilizou o Legislativo da cidade para ações de memória, com destaque para a importância do Instituto Histórico, que estava localizado no subsolo da Câmara Municipal e sob a administração direta desse poder.

Na década de 1990, o instituto ensaiou a participação de mais pesquisadores no espaço, por meio de uma agremiação, mas que só se configurou, de fato, uma década depois, em 2001. Sob a direção de Maria de Jesus e com a atuação técnica de Tania Amaro de Almeida, o instituto iniciou um processo de “avivamento”³⁹ do acervo. A preocupação técnica exigiu uma ação firme para assegurar a permanência do instituto e, com a criação da Asamih, em 2001, ocorreu uma “simbiose” entre o Instituto Histórico e a associação de amigos. Para isso, foram convidados nomes importantes para a política local e historiadores que já orbitavam em outros institutos e/ou que atuavam na Feuduc, o que fez da Asamih um ato político para assegurar a existência do instituto dentro da Câmara Municipal.

A valorização e a recuperação do acervo do Instituto Histórico pareciam emergenciais, e essa era uma preocupação de todos, visto que o uso da documentação sobre a história local foi uma demanda presente entre os pesquisadores desde os primeiros institutos. Além disso, o acesso direto ao material da instituição pode ter servido como um grande elo entre os diferentes interessados.

Assim, a Asamih foi um impulso à pesquisa, com um movimento de ocupação do espaço e de “revitalização” do instituto. Isso foi expresso pela atual diretora do instituto, Tania Amaro de Almeida, que destacou a vida do arquivo, com novas pesquisas e publicações. Nesse sentido, o arquivo foi um grande propulsor do encontro geracional, que revelou as relações entre a importância do acervo documental e as escritas sobre o território, fruto de significativas disputas de memórias.

39 Maria de Jesus Lima. Entrevista concedida à autora. Paty de Alferes, 12 fev. 2020. Disponível no acervo do Instituto Histórico da CMDC.

Referências

- AGUIAR, S. M. de. Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto”: uma história, um nome. Monografia (Graduação em História) – Fundação Educacional de Duque de Caxias, Duque de Caxias, 2003.
- ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALEXANDRE, M. L. B. da S. *Um cenáculo de letrados: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.
- CANDAU, J. Memórias e amnésias coletivas. In: CANDAU, J. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. p. 83-122.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 31-119.
- ENNE, A. L. S. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: memória, representações sociais e identidades. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 97-138.
- FERNANDES, R. A. N. *Historiografia e a identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- FORTE, J. M. M. *Memória da fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C., 1933.
- GOMES, A. de C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOMES, A. de C. *Essa gente do Rio...: os intelectuais cariocas e o modernismo*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- NICOLAZZI, F. A história e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história. In: BENTIVOGLIO, J.; NASCIMENTO, B. (org.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Milfontes, 2017.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REVEL, J. A microanálise e a construção do social. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 15-38.
- SILVA, T. B. da. Arquivos públicos e a luta pelo direito à memória: aquisição de acervos e descrição de documentos em questão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. *Anais... Recife: Associação Nacional de História*, 2019, p. 1-10.
- SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

Recebido em 28/3/2023

Aprovado em 11/7/2023